



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

TERMO DE COLABORAÇÃO SMAS Nº 03/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASSIS, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL LAR DOS VELHOS - OBRA UNIDA À SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 46.179.941/0001-35, denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 926, no Município de Assis, Estado de São Paulo, neste ato representado por sua Prefeita **TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE**, brasileira, casada, portadora do RG nº 6.957.658-0 - SSP/SP e do CPF nº 511.192.779-49, residente e domiciliada na Rua: Claude Monet, nº 145 - Residencial Renascença, nesta cidade, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, representada pela sua Secretária **MARIA DE FÁTIMA MUNIR**, portadora do RG nº 7.189.382 e do CPF nº 960.316.628-68, residente na Rua: Antônio Carlos Bermejo, nº 8 - Chácara Maria do Céu - Condomínio Jardim Rezende, nesta cidade, e o "**LAR DOS VELHOS - OBRA UNIDA À SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO**", inscrita no CNPJ sob nº 48.354.872/0001-84, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 732, Vila Nova Santana, nesta Cidade de Assis - SP, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo seu Presidente **CELMO MORGADO**, brasileiro, portador do RG nº 5.106.985-4 e do CPF nº 015.375.348-0, residente na Rua: Fagundes Varela nº 1.100, Vila Xavier, nesta cidade, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 7.847, de 02 de dezembro de 2025 e Lei Orçamentária Anual nº 7.855 de 19 de dezembro de 2025, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, no Decreto regulamentador nº 7.459 de 12 de janeiro de 2018, na Resolução nº 34, de 12 de novembro de 2025 do Conselho Municipal de Assistência Social e no processo administrativo nº 03/2026/SMAS e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração tem por objeto, a disponibilização de acolhimento para idosos de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que sejam dependentes, semi-dependentes ou independentes, que por algum motivo não podem continuar sob os cuidados da família, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, que deste fica fazendo parte integrante e indissociável.

1.1.1 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL disponibilizará 10% (dez por cento) do total de vagas ofertadas para atendimento aos idosos encaminhados pelo Poder Público.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assis

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Participes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento;
- d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- f) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- h) divulgar pela internet os meios de representação sobre a eventual aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- i) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular, observando os princípios fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

- d) manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, isenta de tarifa bancária, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA-DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 171.552,43 (cento e setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos).

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R\$ 143.352,43 (cento e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS	
02	PODER EXECUTIVO	
0209	SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
020904	FUNDO M. A. SOCIAL - ALTA COMPLEXIDADE	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
08 244 0043	PARCEIROS DO SUAS -SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08 244 0043 2709 0000	LAR DOS VELHOS - SÃO VICENTE DE PAULA	
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS 0.01.00.1.500.0-510 000	143.352,43

3.3 - Recursos Estaduais: R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais), conforme Lei Estadual 13.242 de 08 de dezembro de 2008 e suas regulamentações e normas estabelecidas nas Resoluções SEDS vigentes.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

3.4 - A transferência será efetuada em contas bancárias destinadas exclusivamente para o presente Termo de Colaboração, sendo:

- Recursos Municipal: Banco do Brasil, Agência 6570-6, conta corrente nº 1446-X
- Recursos Estadual: Banco do Brasil, Agência 6570-6, conta corrente nº 1444-3

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

I - Para a liberação de cada parcela do recurso, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar solicitação formal, via ofício, ao Departamento Financeiro/Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Assistência Social, juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa do FGTS.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;
- III - quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de

Endereço: Rua Benedito Spinardi, 613 - Centro
Telefones: (18) 3323 6204 / (18) 3323 5724
E-mail: gabinetemas@assis.sp.gov.br

dele

[Assinatura]



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

- I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- IV - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de assinatura do presente Termo até 31 de dezembro de 2026, conforme previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos participantes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Endereço: Rua Benedito Spinardi, 613 - Centro
Telefones: (18) 3323 6204 / (18) 3323 5724
E-mail: gabinetesmas@assis.sp.gov.br



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

7.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL emitirá Relatório Técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada mediante este Termo e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para este fim, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, nos termos do art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, cujo Relatório, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL assumiu essas responsabilidades.

Parágrafo Único – Sem prejuízo da fiscalização pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo respectivo Conselho de políticas públicas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 31 de janeiro de 2027.

§ 3.º - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL fornecerá manuais específicos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica "in loco" realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

- I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - os impactos econômicos ou sociais;
- III - o grau de satisfação do público-alvo;
- IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I - aprovação da prestação de contas;
- II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas ao Departamento Jurídico da

diário



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4- Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado;

11.5- Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 -O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão remetidas por

Endereço: Rua Benedito Spinardi, 613 - Centro
Telefones: (18) 3323 6204 / (18) 3323 5724
E-mail: gabinetesmas@assis.sp.gov.br

diário

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

correspondência e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo da comarca de Assis, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Assis, 05 de janeiro de 2026.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:


PROFª. DRA. TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE
Prefeita Municipal de Assis
CPF nº 511.192.779-49


MARIA DE FÁTIMA MUNIR
Secretária Municipal de Assistência Social
CPF nº 960.316.628-68

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:


CELSON MORGADO
Presidente
CPF nº 015.375.348-0

Testemunhas:

1) 
Nome: Mrs. C. C. Munir
CPF: 379.609.138-90

2) 
Nome: Edmundo Aparecido dos Santos
CPF: 268.021.998-32

Endereço: Rua Benedito Spinardi, 613 - Centro
Telefones: (18) 3323 5204 / (18) 3323 5724
E-mail: gabinetesmas@assis.sp.gov.br



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis



PLANO DE TRABALHO 2026

1 – DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nome: Lar dos Velhos Obra Unida a Sociedade São Vicente de Paulo

CNPJ: 48.354.872/0001-84

Telefone: (18) 3322-4670

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 732 – Vila Nova Santana.

E-mail: lardosvelhos_ssvpassis@hotmail.com

Site: lardosvelhosassis.org.br

Dados bancários: Banco: Banco do Brasil S/A Agência: 6570-6 Conta corrente: 1.446-X –MUNICIPAL.

Dados bancários: Banco: Banco do Brasil S/A Agência 6570-6 conta corrente : 1444-3-ESTADUAL

Utilidade Pública Municipal: 13.655/1995

Utilidade Pública Estadual: 1.325/2004

2 - DIRIGENTE DA ENTIDADE

Nome: Celso Morgado

Data de Nascimento: 15/07/1949

CPF: 015.375.348-07 **RG:** 5.106.985-4

Endereço residencial: Rua Fagundes Varela nº 1.100 – Vila Xavier – Assis Sp

Telefone: 18- 99755-9161

E-mail: lardosvelhos_ssvpassis@hotmail.com

Período do mandato: 01/04/2024 á 31/03/2028

3- TÉCNICO RESPONSÁVEL DA ENTIDADE

Nome: Ana Eugênia Dos Santos Ramos Furtado

Telefone: 18- 997629688

E-mail: lardosvelhos_ssvpassis@hotmail.com

Formação Profissional: Serviço Social

4- FINALIDADE ESTATUTÁRIA

- Manter unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, independentes ou com diversos graus de dependência, que estejam nas seguintes situações: falta de condições dignas para permanecer com a família, sendo vítimas de atos de violência e negligência, em situação de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em conformidade com o capítulo de procedimentos de acolhimento institucional, inserido no Regimento Interno da instituição;



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

- Proporcionar ao idoso institucionalizado assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, bem como atividades culturais e recreativas, visando à preservação de sua saúde física e mental;
- Propiciar ambiente acolhedor aos idosos institucionalizados na instituição em conformidade com o Estatuto do Idoso e na observância das políticas públicas de assistência social e atendimento de saúde, conforme a necessidade do idoso, visando sempre a longevidade e o bem-estar deles; Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção aos idosos institucionalizados, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar, como formas de sociabilidade;
- Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socio-assistenciais na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

5 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA

a) OBJETO:

Disponibilização de 76 (setenta e seis) vagas para idosos de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que sejam dependentes, semi-dependentes ou independentes, que por algum motivo não podem continuar sob os cuidados da família.

b) VIGÊNCIA:

O objeto do presente Plano de Trabalho terá vigência no período de 02/01/2026 à 31/12/2026.

6- PROJETO

PROTEÇÃO DE VIDAS

7- PÚBLICO ALVO

77 Idosos acima de 60 anos de ambos o sexo

8- CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

77 Idosos

9- NÚMEROS DE ATENDIDOS

76 Idosos



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

10- QUANTIDADE DE USUÁRIOS PARTICIPANTES DE SERVIÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

BPC IDOSO: 13 BPC DEFICIENTE 05

11 - DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA

A Organização da Sociedade Civil deverá estar devidamente preparada para oferecer o atendimento a 76 (setenta e seis) idosos, por meio de espaço físico, equipamentos, materiais e equipe de trabalho adequados, de acordo com as necessidades dos idosos.

Os serviços prestados visam atender idosos de ambos os sexos, dependentes, semi-dependentes e independentes acolhidos através de ordem judicial, encaminhamentos da rede pública Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e demanda espontânea sendo esta última permitida desde que esteja esgotada toda e qualquer hipótese de vínculo familiar e comunitário, caso a entidade assuma tal responsabilidade deverá ter ciência que as demandas apresentadas pelo poder público deverão ser atendidas de forma imediata de acordo com a necessidade do idoso, para tanto firmamos neste Termo de Colaboração a disponibilidade de 10% do total de vagas ofertada pela OSC para o poder público sendo esta porcentagem atualizada anualmente conforme meta de acolhimento pactuada.

a) DIAGNÓSTICO

A Organização da Sociedade Civil situada no município de Assis-SP, foi fundada em 31/08/1959, é um espaço organizado e planejado para atender as demandas advindas da pessoa idosa do que diz respeito às necessidades físicas, psicológicas e sociais. Os cuidados para com os idosos são realizados continuamente conforme a necessidade apresentada por cada um. Atendemos pessoa idosa, sem distinção de cor, raça, sexo e credo religioso, proporcionando ambiente acolhedor aos residentes, bem como assistência material, moral, intelectual, social, espiritual, atividades culturais, recreativas e emocionais com psicóloga, fisioterapia, enfermagem, nutrição, visando à preservação de sua saúde física e mental, buscando sempre melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos mesmos.

Desenvolvemos um trabalho junto à rede socioassistencial, considerando a crescente demanda do número de casos de idosos sendo vítimas de violência, maus tratos, abandono e negligenciados por familiares. Diante desse cenário, a procura por abrigo tornou-se uma constante, no qual o técnico avalia o caso em suas particularidades, priorizando o acolhimento do idoso que já não possui vínculos familiares. O Estatuto do Idoso é um instrumental que assegura um trabalho direcionado à proteção, aos direitos, à dignidade, ao bem-estar e a participação do idoso na sociedade. Para tanto as instituições a quais se propõe firmar essa parceria se comprometerá a executar um serviço de qualidade conforme rege a legislação 10.741/2003.

12- METAS



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

- Proporcionar o melhor atendimento aos idosos assistidos com equipe completa e qualificada
- Capacidade para suprir toda a demanda atendida
- Garantir ao idoso a melhor qualidade de vida dentro dos cuidados oferecidos pela equipe técnica da instituição.

13- ATIVIDADES E AÇÕES A SEREM EXECUTADAS

- **Cuidados essenciais da equipe de enfermagem 24 horas por dia**

Pela manhã são realizados os banhos em todos os internos, passado creme hidratante no corpo inteiro, protetor solar no rosto e braços. Depois de arrumados são levados ao Refeitório e servido o Café da manhã com música (Quefir, Ovo cozido, Pão com manteiga e Leite com café). Após o café, uns vão para fisioterapia enquanto os demais vão tomar banho de sol no Pátio, sempre com música. Os que foram para fisioterapia, quando terminam, vêm para o banho de sol e os outros que já tomaram banho de sol vão para fisioterapia e para Terapia ocupacional. É realizada escuta e acolhimento individual com todos os idosos que foram recentemente acolhidos na Instituição com o objetivo de entender o histórico de vida de cada um, acolher seus anseios e expectativas frente à nova realidade, sendo também explanado como a Instituição funciona e os pontos que a diferencia da rotina que estavam acostumados, sendo esta uma forma de tratá-los com dignidade e respeito. Outro ponto de suma importância é integrá-los com os demais idosos, com o objetivo de criar vínculos e proporcionar o sentimento de serem acolhidos, auxiliando no processo de pertencimento.

- **Trabalhos de oficinas psicoterapêuticas**

Para exercício da Cidadania realizamos as rodas de conversa, pois é o espaço que eles expressam seus pensamentos, sentimentos, estabelecem vínculos, e compartilham suas vivências estabelecendo um suporte psicológico advindos de questões como família, isolamento social, e as mudanças acometidas frente a realidade. São realizadas orientações socioeducativas como forma de exercício de cidadania sendo refletida a importância de cada um de nós. Para a roda de Conversa a Assistente Social juntamente com a Psicóloga implantou o calendário Sazonal, onde durante as rodas, além das discussões do dia-dia é aberto um momento para as comemorações do dia, sabemos que todo dia é comemorado algo, então com esta nova modalidade o leque de assuntos abordados nas rodas aumentou.



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

- Brincadeiras com músicas, pintura, filmes, bingo, roda de conversa são oferecidos aos idosos ao decorrer de toda a semana, exceto o jogo de bingo que é oferecido somente na quarta feira

Desenvolvimento de autonomia pessoal: A Instituição busca diariamente trabalhar a coordenação motora e o desenvolvimento de autonomia pessoal com os idosos da seguinte forma: raciocínio lógico, trabalho realizado, através de jogos, quebra cabeça, jogos de memória, jogo de dominó, jogos com baralho, bingo, labirinto inteligente etc... Bem como recortes e colagens com figuras retiradas das revistas, pinturas em livros com gravuras, leitura de livros.

- **Fisioterapia diária**

A instituição oferta aos idosos atendimentos com Fisioterapia individual e de grupo, temos Duas Fisioterapeutas, realizando também orientações quanto ao posicionamento de membros inferiores dos idosos com problemas vasculares linfáticos, quanto ao uso de calçados adequados para melhorar a marcha dos idosos, prescrição de tipoias, bengalas e almofadas de alívio de pressão para os idosos. Como temos um grande espaço físico, estamos realizando uma caminhada matinal pela entidade, a fim de proporcionar uma atividade física diferenciada e a Reexpansão Pulmonar. Acreditamos que a autonomia da pessoa idosa é preservada e estimulada a partir da escuta de suas opiniões, escolhas, sendo estimuladas suas potencialidades com o intuito de superar suas limitações. Aos idosos são ofertadas atividades que estimulam a superação das limitações, sejam elas, físicas e/ou psíquicas, possibilitando novas experiências, aprendizagem e autoconhecimento, pois ao superarem suas fragilidades eles se surpreendem com a capacidade que possuem e que muitas vezes ficam adormecidas por falta de um espaço que estimulem tal experiência. Este trabalho é desenvolvido pela psicóloga e realizado em grupo, grupo este heterogêneo, através das atividades como, rodas de conversa, atividades cognitivas e psicomotoras, jogos, música-terapia, um espaço que tem como protagonista a pessoa idosa, é um resgate de suas possibilidades de ser e existir. Como afirma Simões (1992) "[...] é somente com a certeza de que o idoso (a) pode realizar tarefas, é que ele (a) terá consciência do seu valor nessa fase da vida".

- Exercícios físicos com o auxílio do Agita Assis terça feira
- Interação com as Escolas: As crianças vêm no Lar e os idosos vão nas escolas;
- Atividades com UNESP;
- PEJA
- Festa de Aniversariantes é realizada no final de cada mês
- **Festa em todas as datas comemorativas;**
- Carnaval,
- Páscoa,
- Dia das Mães
- Festa Julina
- Dia dos Pais
- Festas durante a Semana do Idoso
- Natal



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

- Ano novo

14- INDICADORES DE AVALIAÇÃO

INDICADORES	INSTRUMENTAIS
➤ 76 Idosos; ➤ Grau de satisfação dos usuários, quanto ao atendimento; ➤ Grau de Satisfação da Família dos idosos, quanto ao atendimento; ➤ Índice de Permanência dos idosos	➤ Lista nominal dos idosos da ILPI; ➤ Pesquisa de Satisfação dos usuários e das famílias. ➤ Relatório de atividades ➤ Visitas in Loco

15 – RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

QTD	CARGO	DIAS DE ATENDIMENTO	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO
01	ASSISTENTE SOCIAL	SEG A SEXTA	30 HORAS	R\$ 2798,18
01	PSICOLOGA	SEG A SEXTA	30 HORAS	R\$ 2304,12
01	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEG A SEXTA	40 HORAS	R\$ 6.330,00
09	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	ESCALA	12/36	R\$ 2505,63
01	AUXILIAR DE LAVANDERIA	SEG A SABADO	44 HORAS	R\$ 1.820,00
01	COZINHEIRA	ESCALA	12/36	R\$ 2.257,62
11	CUIDADOR DE IDOSO	ESCALA	40 HORAS	R\$ 1830,00
01	ENCARREGADO SERVIÇO DE LIMPEZA	ESCALA	12/36	R\$ 1895,31
01	ENCARREGADO GERAL	SEG A SABADO	44 HORAS	R\$ 3.376,00
01	ENFERMEIRA	SEG A SEXTA	40 HORAS	R\$ 4940,00
02	FISIOTERAPEUTA	SEG A SEXTA	30 HORAS	R\$ 2667,44
01	MOTORISTA	SEG A SABADO	44 HORAS	R\$ 2.122,09



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

04	OPERADORA TELEMARKETING	DE	SEG A SEXTA	36 HORAS	R\$ 1820,00
12	SERVIÇOS GERAIS		ESCALA	12/36	R\$ 1820,00
01	SUPERVISOR TELEMARKETING	DE	SEG A SABADO	44 HORAS	R\$ 1965,50

16- PREVISÃO DA RECEITA E DESPESAS

- 16.1 –RECEITA:
Os recursos financeiros totalizam um valor de R\$ 171.552,43
- 16.2 – INFORMAÇÕES BANCÁRIAS
ESTADUAL: CONTA CORRENTE: 1444-3 AGÊNCIA: 6570-6 BANCO: BRASIL
FMAS: CONTA CORRENTE: 14446-X AGÊNCIA: 6570-6 BANCO: BRASIL

16.3- PREVISÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

PLANO DE APLICAÇÃO ANUAL

Itens de despesas	Próprios	Municipal	Estadual	Total (R\$)
Recursos Humanos				
pagamento de salários dos funcionários, 13º, férias e rescisões	R\$:1.551.016,67	R\$: 114.681,91	R\$:16.920,00	R\$: 1.682.618,58
Consumo				
Materiais de escritório, gás de cozinha, materiais de higiene e limpeza, materiais para instalações e pequenos reparos, abastecimento de veículo registrado no nome da OSC	R\$: 348.841,03	R\$: 28.670,52	R\$:11.280,00	R\$: 388.841,03
Total	R\$: 1.899.857,70	R\$ 143.352,43	R\$: 28.200,00	R\$: 2.071.410,13

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – RECURSO MUNICIPAL

MUNICIPAL: R\$ 143.352,43

Objeto	Mês	Repasse Mensal Municipal	Despesas de Recursos Humanos	Despesas de Consumo
Disponibilização de 76 (setenta e seis) vagas para idosos de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que sejam dependentes, semi-dependentes ou independentes, que por algum motivo não podem continuar sob os cuidados da família.	Janeiro	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Fevereiro	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Março	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Abril	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Maior	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Junho	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Julho	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Agosto	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Setembro	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,21
	Outubro	R\$: 11.946,04	R\$: 9.556,83	R\$: 2.389,20
	Novembro	R\$: 11.946,03	R\$: 9.556,84	R\$: 2.389,20
	Dezembro	R\$: 11.946,00	R\$: 9.556,80	R\$: 2.389,20
	TOTAL	R\$: 143.352,43	R\$: 114.681,94	R\$: 28.670,49

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO – RECURSO ESTADUAL

➤ **Estadual: R\$ 28.200,00**

Conforme Lei Estadual 13.242 de 08 de dezembro 2008, regulamentada pelo Decreto 54.026 de 16 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto 56.383 de 08/11/2010 e normas estabelecidas na Resolução SEDS – 001 de 08 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução SEDS 016 de 23/09/2015 e Resolução SEDS 29 de 27/12/2016.



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

Objeto	Mês	Repasse Mensal Estadual	Despesas de Recursos Humanos	Despesas de Material de Consumo
Disponibilização de 76 (setenta e seis) vagas para idosos de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que sejam dependentes, semi-dependentes ou independentes, que por algum motivo não podem continuar sob os cuidados da família.	Janeiro	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Fevereiro	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Março	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Abril	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Maio	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Junho	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Julho	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Agosto	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Setembro	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Outubro	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Novembro	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
	Dezembro	R\$: 2.350,00	R\$: 1.410,00	R\$: 940,00
TOTAL		R\$ 28.200,00	R\$ 16.920,00	R\$ 11.280,00



Sociedade de São Vicente de Paulo

Lar dos Velhos de Assis

17- PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de conta anual será enviada a Prefeitura Municipal de Assis em até 30 dias após o fim da vigência, garantindo transparência e controle.

A Prefeitura municipal terá 150 dias após o recebimento da prestação de conta para realizar a análise e aprovação.

Assis, 02 de dezembro de 2025

Ana Eugênia Dos Santos Ramos Furtado

Assistente Social

CRESS nº 38.240

Celso Morgado

Presidente

CPF: 015.375.348-07



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXO II

REPASSES AO TERCEIRO SETOR CADASTRO DO RESPONSÁVEL - TERMO DE COLABORAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: LAR DOS VELHOS OBRA UNIDA À SOCIEDADE
SÃO VICENTE DE PAULO
TERMO DE COLABORAÇÃO SMAS N° 03/2026

OBJETO: Disponibilização de acolhimento para idosos de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que sejam dependentes, semi-dependentes ou independentes, que por algum motivo não podem continuar sob os cuidados da família.

Nome	TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE
Cargo	Prefeita
CPF	511.192.779-49
Endereço(*)	Rua: Claude Monet, n° 145 – Residencial Renascence
Telefone	(18) 9 9630-8982
e-mail	telmagcsandrade@gmail.com

(*) Não deve ser o endereço do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	Felipe Ramos Siqueira
Cargo	Contador
Endereço Comercial do Órgão/Setor	Av. Rui Barbosa n° 926
Telefone/Fax	18-3302-3300
e-mail	pmacontab@assis.sp.gov.br

LOCAL e DATA: Assis, 05 de janeiro de 2026.

RESPONSÁVEL:

PROFª. DRA. TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE
Prefeita Municipal
CPF: n° 511.192.779-49

Felipe Ramos Siqueira
Contador CRC 1SP256130/O-5
Prefeitura de Assis-SP

Endereço: Rua Benedito Spinardi, 613 - Centro
Telefones: (18) 3323 6204 / (18) 3323 5724
E-mail: gabinetesmas@assis.sp.gov.br



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXO III

REPASSES AO TERCEIRO SETOR TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: LAR DOS VELHOS - OBRA UNIDA
SÃO VICENTE DE PAULO

TERMO DE COLABORAÇÃO SMAS Nº 03/2026

OBJETO: Disponibilização de acolhimento para idosos de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que sejam dependentes, semi-dependentes ou independentes, que por algum motivo não podem continuar sob os cuidados da família.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ 171.552,43

EXERCÍCIO (1): 2026

ADVOGADO(S) / Nº OAB / E-MAIL: (2)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Prefeitura Municipal de Assis, 05 de janeiro de 2026.

Assis



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 511.192.779-49

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: MARIA DE FÁTIMA MUNIR

Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social

CPF: 960.316.328-68

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: CELSO MORGADO

Cargo: Presidente

CPF: 015.375.348-0

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 511.192.779-49

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: CELSO MORGADO

Cargo: Presidente

CPF: 015.375.348-0

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

ORDENADORA DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO

Nome: MARIA DE FÁTIMA MUNIR

Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social

CPF: 960.316.628-68

Assinatura: _____

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer Técnico

Nome: Daísa Fernandes Assumpção Delgado

Cargo: Assistente Social

CPF: 430.634.798-29

Assinatura: _____



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer Técnico

Nome: Durvalino Binato Neto

Cargo: Assessor de Programas e Projetos Especiais

CPF: 282.638.158-00

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer Técnico

Nome: Rosana Mara dos Santos Ramos

Cargo: Assistente Social

CPF: 043.301.398-20

Assinatura: _____

ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação

Nome: Camilla Cotrin de Lima

Cargo: Assistente Social

CPF: 474.251.348-70

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação

Nome: Patricia de Oliveira Baltazar

Cargo: Assistente Social

CPF: 206.434.668-60

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação

Nome: Silvia Maria Gonçalves Alves

Cargo: Assistente Social

CPF: 115.074.488-05

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação

Nome: Anna Paula Macieira Pimentel

Cargo: Assistente Social

CPF: 368.494.388-67

Assinatura: _____

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Prestação de Contas

Nome: Aparecida Vicente de Araújo

Cargo: Chefe de Divisão

CPF: 262.701.428-57

Assinatura: _____



Secretaria Municipal de
Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica, *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **TELMA GONCALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE**, CPF **511.192.779-49**, atesto que na data de **09/12/2025** às **17:04:25** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **administracao@assis.sp.gov.br**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

2B21956B64C8CAFB565D6ACDE4E029C46A42D5AEB96E817729A14E5FFD

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

a5c0a786-5022-4998-8d93-42658ed56ea9

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **MARIA DE FATIMA MUNIR**, CPF **960.316.628-68**, atesto que na data de **10/12/2025 às 09:59:03** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **gabinetesmas@assis.sp.gov.br**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

23200AC635B7DB9C81DFAAD05887C96104A55418DE9F0B66D31F2C091F

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

81bed7a6-1f44-4182-a6e6-70a4dcd4e878

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **CELSO MORGADO**, CPF 015.375.348-07, atesto que na data de **02/12/2025** às **11:19:09** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **celsomorgado018@gmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

5DBB57B6490F46903E5AFAAAFED0CB06AF657D29B4627DC36C36857098

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

4e53b0c0-28af-4cd5-b9ac-1d613157003c

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **ANNA PAULA MACIEIRA PIMENTEL**, CPF **368.494.388-67**, atesto que na data de **12/01/2026 às 10:01:29** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **annapaula.m@hotmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

00D04FCB2F527581B76A37DBEA5EA0D1B39CB9F6239F7B5C03A792BF387

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

9c8ed8fe-ca58-47e8-b647-62dd68e80395

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **CAMILLA COTRIN DE LIMA**, CPF **474.251.348-70**, atesto que na data de **12/12/2025 às 12:41:57** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **cotrin.camilla@gmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

FEBCC8A1084FE261521F8349B56DED52C0A632BDA6B3B8A3989AC60872

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

5bed89fe-f2f0-483d-9cc8-dba722e53094

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **PATRICIA DE OLIVEIRA BALTAZAR**, CPF **206.434.668-60**, atesto que na data de **09/12/2025 às 14:16:50** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **paty_olibaltazar@hotmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

0F4EBDCFEBC149039CA1518EC7A195FC66C0368E65C2953262FFA27ACA5

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave:

3588511e-5444-4f28-b881-cde82d64632e

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos>
e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **SILVIA MARIA GONCALES ALVES**, CPF **115.074.488-05**, atesto que na data de **12/12/2025** às **10:42:15** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **syllvy.alves@gmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

7A0B4BEB79B36CEBF657B32D0355278B756736E7EAEFE07158BA6F33FD0

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

dbb9963c-dfdb-4ca7-a76b-4943eb611c35

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos>
e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **APARECIDA VICENTE DE ARAUJO**, CPF **262.701.428-57**, atesto que na data de **09/12/2025 às 16:03:01** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **socialcidinha@hotmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

31624E085B0FF067B98B5EF4ADDCC0989DA9E360AAF74614B181B444732

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

96b63e85-4eb3-4ae4-95bd-32c5bc4d3ff6

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos>
e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **DAISA FERNANDES ASSUMPCAO DELGADO**, CPF **430.634.798-29**, atesto que na data de **19/12/2025** às **08:04:54** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **daisa_fernandes15@hotmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

E9A76FBD0662F1538A88355E1FF5A59CA8BE51D896A7A5E06A84CE887F9

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

dc21870f-999c-40d6-8eb4-e97ee0eb35c9

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **DURVALINO BINATO NETO**, CPF **282.638.158-00**, atesto que na data de **19/12/2025** às **09:34:26** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **durvalino.binato@gmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

F055643935AA8D8F0FC8D80B086CC91AAA98755370A6B731C4FC116C6A

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

439ccf7e-d31d-425f-adc2-ae8f66a2e504

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **ROSANA MARA DOS SANTOS RAMOS**, CPF **043.301.398-20**, atesto que na data de **18/12/2025** às **16:17:05** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **rosanamaraas@hotmail.com**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

25B19397E488D78F53A1235FB216A3141B07BBE4F9E2C9EC57EA5CC3363

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

6e58d151-7098-4e8f-802f-34877745197d

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.

